

EXECUÇÃO PENAL

EXECUÇÃO PENAL

RODRIGO DUQUE
ESTRADA ROIG

TEORIA CRÍTICA

7ª edição

REVISTA E ATUALIZADA

Prólogo por E. RAÚL ZAFFARONI

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais
JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo
ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Ana Carolina Francisco

Estagiários: Aline Pavanelli e João Victor Sales

Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital

Gerente de Conteúdo
MILUSA CRISTINE ROMERA

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Jéssica Viana Bezerra

Analistas de Operações Editoriais: Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial e ProView: Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Carolina Ferreira, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

Estagiários: Michelle Kwan e Rebeca Crespo Rangel

Capo: Lucas Kfourri

Adaptação capa: Ariel Villalba e Cinthia Riveros

Líder de Inovações de Conteúdo para Print
CAMILIA FUREGATO DA SILVA

Visual Law: Vanessa Mafra

Gerente de Operações e Produção Gráfica
MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Roig, Rodrigo Duque Estrada
Execução penal : teoria crítica / Rodrigo Duque Estrada Roig. 7. ed.
rev. e atual. São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2023.

Bibliografia.
ISBN 978-65-260-1929-0

1. Direito penal 2. Direito penal - Brasil 3. Execução penal 4. Penas
(Direito penal) 5. Princípio da legalidade I. Título.

23-175212

CDU-343.8

Índices para catálogo sistemático:

1. Execução penal : Legalidade : Direito penal 343.8
Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

PRÓLOGO.....	5
APRESENTAÇÃO À 7ª EDIÇÃO.....	9
INTRODUÇÃO.....	15
1. PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO PENAL.....	23
1.1. Princípio da humanidade.....	24
1.2. Princípio da legalidade.....	32
1.3. Princípio da não marginalização (ou não discriminação) das pessoas presas ou internadas.....	38
1.4. Princípio da individualização da pena.....	48
1.5. Princípio da intervenção mínima.....	49
1.6. Princípio da culpabilidade.....	53
1.7. Princípio da lesividade.....	56
1.8. Princípio da transcendência mínima.....	57
1.9. Princípio da presunção de inocência.....	61
1.10. Princípio da proporcionalidade.....	64
1.11. Princípio da celeridade (ou razoável duração) do processo de execução penal.....	68
1.12. Princípio do <i>numerus clausus</i> (número fechado).....	73
2. NATUREZA JURÍDICA DA EXECUÇÃO PENAL.....	85
3. JURISDIÇÃO NA EXECUÇÃO PENAL.....	89
4. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA.....	93
4.1. Execução provisória de pena restritiva de direitos.....	97
5. DIREITOS NÃO ATINGIDOS NA EXECUÇÃO.....	99
6. DISPOSIÇÕES RELATIVAS AOS CONDENADOS E AOS INTERNADOS....	119
6.1. Assistência ao preso, internado ou egresso.....	124

7. TRABALHO PENITENCIÁRIO	137
7.1. Trabalho externo	143
8. DEVERES E DISCIPLINA	151
8.1. Deveres	151
8.2. Disciplina	153
8.2.1. Poder disciplinar na execução penal	158
8.2.2. Faltas disciplinares de natureza grave	168
8.2.3. Regime disciplinar diferenciado	197
8.2.4. Transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima	207
8.2.5. Prescrição de faltas disciplinares	209
8.2.6. Sanções disciplinares	211
8.2.7. Recompensas	217
8.2.8. Procedimento disciplinar	218
9. ÓRGÃOS DA EXECUÇÃO PENAL	225
9.1. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária	226
9.2. Juízo da execução	228
9.3. Ministério Público	229
9.4. Conselho Penitenciário	231
9.5. Departamentos Penitenciários	233
9.6. Patronato	235
9.7. Conselho da Comunidade	235
9.8. Defensoria Pública	236
10. ESTABELECIMENTOS PENAIS	243
10.1. Penitenciária	249
10.2. Colônia Agrícola, Industrial ou Similar	250
10.3. Casa do Albergado	250
10.4. Centro de Observação	251
10.5. Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	251
10.6. Cadeia Pública	253
11. EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE	255
11.1. Regimes de cumprimento de pena	256
11.2. Crime continuado e concurso formal de crimes na execução penal	265
11.3. Progressão de regime	270
11.3.1. Requisitos objetivos	273
11.3.2. Requisitos subjetivos	288
11.3.3. Progressão de regime para preso estrangeiro	297

11.3.4. Competência	298
11.3.5. Possibilidade de apreciação de progressão de regime em sede de <i>habeas corpus</i>	298
11.3.6. Progressão para o regime aberto	299
11.4. Prisão-albergue domiciliar	303
11.4.1. Hipóteses de prisão-albergue domiciliar	305
11.4.2. Prisão domiciliar substitutiva da prisão preventiva	308
11.5. Regressão de regime	310
11.6. Autorizações de saída	316
11.6.1. Permissão de saída	316
11.6.1.1. Características da permissão de saída	317
11.6.2. Saída temporária	317
11.6.2.1. Características da saída temporária	319
11.6.2.2. Revogação da saída temporária	326
11.7. Remição de pena	328
11.7.1. Outras hipóteses de remição	346
11.8. Livramento condicional	351
11.8.1. Requisitos objetivos	354
11.8.2. Requisitos subjetivos	362
11.8.3. Condições do livramento condicional	366
11.8.4. Livramento condicional para presos estrangeiros	370
11.8.5. Suspensão do livramento condicional	371
11.8.6. Revogação do livramento	373
11.8.7. Extinção da pena	375
11.8.8. Possibilidade de apreciação de livramento condicional em sede de <i>habeas corpus</i>	376
11.9. Monitoração eletrônica	377
12. REABILITAÇÃO	383
13. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	387
14. SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA (SURDIS)	393
15. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA	397
16. EXECUÇÃO DA PENA DE MULTA	399
17. EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA	403
17.1. Prazos da medida de segurança	413
17.2. Prescrição da medida de segurança	417
17.3. Detração da medida de segurança	418

18. INCIDENTES DE EXECUÇÃO.....	419
18.1. Conversões.....	419
18.2. Excesso ou desvio de execução.....	424
18.3. Anistia.....	425
18.4. Indulto e comutação de penas.....	427
18.4.1. Natureza da sentença que concede o indulto e a comutação.....	432
18.4.2. Indulto e comutação de pena em crimes hediondos.....	432
18.4.3. A relação entre graça e indulto.....	434
18.4.4. Modalidades de indulto.....	435
18.4.5. Requisitos subjetivos para a comutação e o indulto.....	436
18.4.6. Vedações à comutação e ao indulto.....	438
18.4.7. Exigência de outros requisitos que não estejam no Decreto Presidencial.....	441
18.4.8. Procedimento.....	443
19. PROCEDIMENTO JUDICIAL DA EXECUÇÃO, AGRAVO EM EXECUÇÃO E OUTROS RECURSOS.....	445
20. SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA COMO MECANISMO DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: NOVOS PARADIGMAS.....	453
20.1. Paradigma e exemplo para o Brasil.....	458
20.1.1. Encarceramento em espaços reduzidos.....	458
20.1.2. Superlotação como forma de tratamento desumano ou degradante.....	459
20.1.3. Natureza estrutural e sistêmica da superlotação.....	462
20.1.4. Relativização da relação jurídica entre Estado e indivíduo.....	464
20.1.5. Ilegalidade do encarceramento em condições precárias ou de superlotação.....	466
20.1.6. Dever jurídico-constitucional de supressão da superlotação.....	475
REFERÊNCIAS.....	479